

# “Silêncio até sob tortura”

BRASÍLIA -Com um depoimento rico em detalhes, sem contradições, nervoso, mas seguro, a ex-diretora do Prodasen Regina Célia Peres Borges repetiu ontem ao Conselho de Ética do Senado que o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) -falando em nome de Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)- pediu a quebra de sigilo de votação do painel do Senado Federal.

A ex-diretora afirmou que, depois de ter entregue a lista, conversou três vezes, por telefone, com ACM e quatro, pessoalmente, com Arruda sobre os riscos de a operação ser descoberta.

Um dos encontros de Regina com ACM ocorreu na casa de Isabel Flecha de Lima, assessora do senador e filha do embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima. Isabel trabalha como secretária particular de ACM no Senado. Ela não quis dar entrevista ontem e saiu mais cedo do trabalho.

Regina Célia declarou ainda que, a partir do momento em que surgiu a primeira notícia sobre o suposto voto da senadora Heloísa Helena (PT-AL) contrário à cassação de Luiz Estevão, começou o seu “calvário”.

Disse ter procurado ACM, que teria dito que o vazamento da informação tinha sido “coisa do Arruda”. “Procurei o Arruda, que me falou que o assunto tinha que ser sigiloso até sob tortura”, afirmou Regina.

“De repente surgiu outra notinha citando votos de mais três senadores e a partir daí a gente viu que poderia ter problemas”, afirmou.

“Procurei o Arruda e ele disse que teria que segurar os meninos, manter silêncio. Quando o Antonio Carlos Magalhães chegou de Miami, fui a ele e falei que estava preocupada que a Unicamp descobrisse ou que algum técnico falasse. Ele respondeu que, em relação a Unicamp, não podia fazer nada.”

Regina Célia disse que teve de contar a verdade ao tomar conhecimento do laudo da Unicamp, confirmando a violação do painel no dia da cassação do mandato

de Luiz Estevão, e ao ser informada de que o funcionário Heitor Ledur já havia relatado a quebra do sigilo. Após o depoimento na comissão de inquérito, ela disse que tentou falar com os senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda. “Domingos (Lamoglia, assessor do tucano) me disse que o Arruda ‘negaria até o fim’”.

Regina Célia concordou com o pedido do relator, senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), para autorizar a quebra de seu sigilo telefônico no mês em que ocorreu a violação do painel. Os registros de chamadas feitas e recebidas pode corroborar a versão da ex-diretora do Prodasen.

Antes do início do depoimento de Regina Célia, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) declarou que, na véspera da votação da cassação de Estevão, José Roberto Arruda teria lhe aconselhado a dizer, nas conversas com os demais senadores, que o painel eletrônico não era seguro e que o sigilo dos votos poderia ser violado. Dutra disse que não deu importância à afirmação, porque, na época, já existiam boatos nesse sentido.

O depoimento da ex-diretora do Prodasen complicou a situação de José Roberto Arruda e respingou no Palácio do Planalto. “O depoimento dela foi forte e contundente”, disse o corregedor-geral do Senado, Romeu Tuma (PFL-SP). “A história tem lógica, com princípio, meio e fim”, declarou.

Após o depoimento, o plenário do Conselho de Ética aprovou requerimento convocando todos os suspeitos de participar da fraude a depor na próxima terça-feira. A lista inclui os funcionários do Prodasen Ivar Alves Ferreira, marido de Regina, Hermilo Nóbrega e Heitor Ledur e o representante da empresa Eliseu Kopp, Sebastião Gazzola. Domingos Lamoglia, assessor de Arruda, também terá de depor. Os senadores envolvidos na história serão ouvidos posteriormente.